



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 10 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 10 AO CONTRATO N. 027/2017
(evento [0254602](#))

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 8/2022-GAPRES (evento 0790608), Manifestação n. 1/2022-COMISSÕES/CFEP (evento [0789040](#)), Manifestação n. 1/2022-COMISSÕES/CGEP (evento [0789546](#)), celebram o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), **por mais 75** (setenta e cinco) dias corridos, **a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022**, sem ônus para o Contratante; e

II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), **por mais 75** (setenta e cinco) dias corridos, **a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022**, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consistente na renovação da garantia representada pela Apólice e atualizada pelo endosso respectivos, considerando a prorrogação do prazo de vigência deste Contrato indicada no item I da Cláusula anterior deste Termo Aditivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, II da Lei nº 8.666/93 e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Quarta, do Contrato nº 27/2017 (evento [0254602](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 11 de fevereiro de 2022.

**Desembargador PAULO KIYOCHI
MORI**

**FRANCISCO DE ASSIS
VARGAS**

Pela Contratada

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo Contratante	
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.***.***-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.***.***-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 10 AO CONTRATO N.
27/2017/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. 0254602). Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017. Valor: R\$ 2.080.000,00	R\$ 2.080.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0341353): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratante; e		
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante.		
2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0382506):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.		
3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425533):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.		
4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. 0482209):	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>5º Termo Aditivo (assinado em 09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. 0523088):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. 0614039):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>7º Termo Aditivo (assinado em 24/05/2021) – Volume XVIII do PA (evento n. 0691473):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>8º Termo Aditivo (assinado em 20/08/2021) – Volume XXI do PA (evento n. 0728446)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</u></p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.</u></p>	-	-
<p>9º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2021) – Volume XXIII do PA (evento n. 0776178)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.</u></p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>27/2017 (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n.</u></p> <p>27/2017 (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 01/12/2021 e data final em 14/01/2022, sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>10º Termo Aditivo (assinado em __/02/2022) – Volume XXIV do PA (evento n. 0790689)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.</u></p> <p>27/2017 (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n.</u></p> <p>27/2017 (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.</p>		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E	2.080.000,00
	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA
CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR
ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n.
8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.**



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 12/02/2022, às 18:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 14/02/2022, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 14/02/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 14/02/2022, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0790689** e o código CRC **91D68FB6**.

0002397-77.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência - Contrato Administrativo nº 027/2017 – Minuta de Termo Aditivo - Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 24 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)).

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, os **termos finais dos prazos passaram a ser 13/02/2022 para vigência e 14/01/2022 para a execução**, conforme Termo Aditivo nº 9 ([0776178](#)).

03. Mediante a Manifestação nº 1/2022 – COMISSÕES/CFEP ([0769933](#)), a Comissão de Fiscalização dos Projetos para construção da nova sede do TRE-RO, assim se manifesta:

Senhora Presidente,

Considerando que os projetos estão em processo de certificação LEDD, manifestamos favorável pela prorrogação do Contrato nº. 0027/2017 (evento [0254602](#)). No Ofício a contratada solicita 45 dias para concluir as atividades.

Diante da solicitação e o contexto de atividades seriam 45 dias para concluir a execução das atividades, a partir da data final de vigência - 13/02/2022, assim os novos prazos contratuais ficariam nos moldes abaixo:

Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, **a contar de 14/02/2022 e data final em 30/04/2022;** e

Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 74 (setenta e quatro) dias corridos, **a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022.**

Ademais, além do prazo de execução devemos considerar o prazo de vigência no qual tramita os atos de conferência e ateste dos serviços executados, assim, diante disso, apresentamos nos itens acima os prazos contratuais em observância a solicitação da contratada.

04. Em resposta, na Manifestação nº 1/2022 – COMISSÕES/CGEP, a Comissão de Gestão dos Projetos para construção da nova sede do TRE-RO, apresentou suas considerações acerca do pedido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de prorrogação da execução e vigência do Contrato 027/2017 ([0789546](#)), vejamos:

Senhor Secretário,

1. Por meio do Ofício FOX-SE n. 027, de 04/02/2021 (evento [0788407](#)), a contratada requereu a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 45 (quarenta e cinco) dias. Justifica seu pedido em dois fatos: conclusão do processo de certificação LEED e para o tempo necessário à "aprovação do pedido de reajuste contratual."

2. Ouvida ([0789040](#)), a Comissão de Fiscalização se manifestou favorável à prorrogação pretendida. Contudo, registrou que a esse prazo deveria ser acrescido o tempo necessário à regular atestação dos serviços ainda pendentes, motivo pelo qual sugeriu o acréscimo não de 45, mas de 75 dias aos termos finais atualmente definidos.

MANIFESTAÇÃO DA CGEP:

3. Considerando tratar-se de questão fática atrelada à execução do contrato, qual seja a necessidade de prorrogação da avença para cumprimento do serviço de certificação LEED prevista originalmente no contrato, procedimento que vem sendo acompanhado par e passo pela Comissão de Fiscalização, como também não havendo discordância por parte desse coletivo, entende-se que o contrato possa ser prorrogado com fundamento no § 1º art. 57 da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA do Contrato n. 027/2017.

4. Quanto ao acréscimo de prazo, embora a contratada tenha solicitado apenas 45 dias, entende-se que a Administração deva acolher a manifestação do Coletivo de Fiscalização, até mesmo em razão de seu conhecimento da situação fática, e optar pela prorrogação de 75 dias aos atuais prazos de vigência e execução definidos no TERMO ADITIVO n. 09 AO CONTRATO ([0776178](#)), a saber:

a) novo termo final para a **vigência** do contrato: prazo de **75 (setenta e cinco) dias, a contar de 13/02/2022: 29/04/2022;**

b) novo termo final para a **execução** dos serviços: prazo de **75 (setenta e cinco) dias, a contar de 14/01/2022: 30/03/2022.**

c) acaso deferida a prorrogação nesses moldes deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 9, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0788398](#), com atual vigência até 16/05/2022, que deverá ter novo termo final em **14/08/2022.**

5. Por fim, deve-se registrar que a contratada também mencionou como causa para a prorrogação pretendida o tempo para resposta da Administração ao seu pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos valores do contrato. Por certo esse pedido encontra-se prejudicado, haja vista que já analisado e indeferido pela Excelentíssima Presidência do TRE-RO, por meio da Decisão n. 304, de 28/12/2021 ([0775999](#)).

05. No Despacho nº 242/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0789794](#)), o secretário da SAOFC, considerando as manifestações da **CFEP** e **CGEP**, direciona os autos a SECONT, para elaboração da minuta de Termo Aditivo, e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 10º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017 ([0774838](#)). Pela Remessa 46 ([0789993](#)), os autos chegam a AJDG para a análise jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato (Manifestação nº 1/2022 – COMISSÕES/CGEP - [0789546](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

13. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93**, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. **(sem grifo no original)**

(...)

14. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

15. No caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado, segundo a CGEP, embasada pelo pedido de prorrogação da contratada ([0788407](#)) e a Manifestação da CFEP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(0789040), não é possível finalizar o serviços dentro da prazo de vigencia contratual em razão da depêcia na conclusão do processo de certificação LEED. Portanto, a justificava da administração acima descrita possibilitam enquadramento da situação nas hipóteses do **inciso V, § 1º do dispositivo supracitado**.

16. Nesse compasso, estão razoavelmente justificadas nos autos pelas informações prestadas pela comissão da contratação quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato nº 27/2017 pelas Manifestação nº 1/2022 - COMISSÕES/CGEP (0789546) e pela Manifestação 507/2021 - COMISSÕES/CGEP (0789040). Registra-se, ainda, que o argumento da empresa contido na solicitação de alteração do prazo de vigência baseado no pedido de aditivo de valor contratual e de reajuste não subsisti para esta apreciação jurídica, pois já foram deliberados por meio Decisão n. 304, de 28/12/2021 (0775999).

17. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

18. O Contrato nº 27/2017 (0254602) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

19. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

20. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

21. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste.

IV – CONCLUSÃO

22. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações técnicas da CFEP ([0789546](#)) e CGEP ([0789546](#)), esta unidade jurídica **opina pela possibilidade da prorrogação por mais 75 (setenta e cinco) dias dos prazos de execução e de vigência do ajuste**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo nº 27/2017.

23. Quanto à minuta do décimo Termo Aditivo juntada aos autos ([0789991](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

24. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos estritamente jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, assim como aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

À consideração da unidade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 10/02/2022, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0790029** e o código CRC **FD9C2B97**.

0002397-77.2017.6.22.8000

MANIFESTAÇÃO Nº 54/2022 - PRES/DG/GABDG

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)), cuja vigência inicial era de 325 dias, contados a partir de 29/12/2017, e seu prazo de execução de 275 dias, a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, os **termos finais dos prazos passaram a ser 13/02/2022 para vigência e 14/01/2022 para a execução**, conforme Termo Aditivo nº 9 ([0776178](#)).

A Comissão de Fiscalização de Gestão de Projetos (CGEP), mediante a Solicitação nº 1/2022 – COMISSÕES/CGEP ([0788415](#)), considerando o pedido formalizado pela contratada nos termos do Ofício FOX-SE 07/2022 evento [0788407](#), informa a necessidade da prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato, ante a proximidade do termo de vigência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De posse dos autos a CFEP procedeu a análise do pedido concluindo que o prazo requerido pela contratada deverá ser acrescido pelo tempo necessário para regular atestação dos serviços ainda pendentes, manifestando-se por um novo termo aditivo fixando-se novo termo final para os prazo de execução e vigência da avença ([0789040](#)), que resubmetido à análise da CGEP, manifestou-se pela possibilidade/necessidade da prorrogação dos prazo de execução e vigência do contrato sob análise, por mais 75 dias, tanto para execução quanto para a vigência, com termo final para a **execução** em 30/03/2022 e o de **vigência** passaria a ser 29/04/2022 ([0789546](#)).

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0774590](#)).

Em cumprimento ao Despacho 242/2022 ([0789794](#)) a SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 10 ao Contrato n. 27/2017 (evento [0789991](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0789993](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico n. 24/2022 ([0790029](#)), no qual, tendo em vista as manifestações da **CFEP e CGEP** (eventos n. [0789040](#) e [0788407](#)) e a manifestação n. 67/2022 da SAOFC ([0790105](#)), opinou pela possibilidade de prorrogação **por mais 75 (setenta e cinco) dias dos prazos de execução e de vigência do ajuste**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0789991](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas. Além disso, considerando a cláusula sétima do Contrato nº 27/2017, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência.

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)), por mais 75 (setenta e cinco) dias, a contar de **13/02/2022** e data final em **29/04/2022**, e o **prazo de execução** também por mais 75 (setenta e cinco) dias, a contar de **14/01/2022** e data final em **30/03/2022**, sem ônus para o Contratante, com fundamento no [art. 57, I e § 1º, II da Lei nº. 8.666/93](#) e Cláusula Quarta, Subcláusula Quarta do Contrato Originário; bem como pela renovação da garantia contratual apresentada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, devendo ser observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no [art. 56, § 2º, da Lei nº. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Sétima do Contrato Originário (0790105).

Vieram os autos para manifestação desta Diretoria-Geral.

Como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual, tendo em vista que as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes. Ademais, no tocante à possibilidade de **prorrogação do prazo de execução do contrato**, a Lei de Licitações traz no § 1º do artigo 57 as seguintes hipóteses permissivas:

"Art. 57 [...]

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;" (destacamos)

Portanto, consoante dispõe o inciso II do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, para a dilação do prazo de execução basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados no referido normativo. No presente caso, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado conforme o pedido de prorrogação da contratada ([0788407](#)) e a Manifestação da CFEP ([0789040](#)), onde informam a impossibilidade de finalizar os serviços dentro da prazo de vigência contratual em razão da dependência da conclusão do processo de certificação LEED.

Não se pode encerrar a presente contratação sem a certificação acima descrita, tendo em vista envolver requisitos que permitem quantificar os benefícios ambientais de um projeto, orientando na implantação de estratégias sustentáveis significativas, de acordo com a tipologia do empreendimento, visando a qualidade do Ambiente Interno, tudo com o foco na sustentabilidade e orientação ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Logo, as justificativas da Administração e contratada, possibilitam enquadramento da situação na hipótese do **inciso V do § 1º do dispositivo supracitado**.

Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

Nesse compasso, nos termos da Manifestação nº 1/2022 - COMISSÕES/CGEP ([0789546](#)) e pela Manifestação 1/2021 - COMISSÕES/CFEP ([0789040](#)), ratificadas pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC - [0790105](#)), resta devidamente justificada à necessidade de prorrogar o prazo de vigência por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, e o prazo de execução também por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula Quarta do Contrato Originário.

No tocante ao argumento lançado pela contratada para embasar o pedido de alteração do prazo de vigência do contrato, em razão de processamento dos pedidos de aditivo/reajustes de valores contratuais, como muito bem registrado no item 16 do parecer da AJDG ([0790029](#)), tal argumento não subsiste para fins de apreciação jurídica a fundamentar a pretendida alteração, vez que já foram deliberados por meio da Decisão n. 304, de 28/12/2021 ([0775999](#)).

Não obstante, deve-se registrar que, com fundamento no art. 56, da Lei n. 8.666/93, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, com validade até 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual, indicada nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)) e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0789991](#)).

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([0789991](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, considerando que a prorrogação dos prazos não acarretará ônus para o Tribunal, bem como demonstrada a necessidade da prorrogação dos prazos de vigência e execução, manifesto-me:

a) pela AUTORIZAÇÃO da prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), sendo o de vigência por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022 e o de execução também por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e ainda, Cláusula Quarta, Subcláusula quarta do Contrato Originário;

b) pela NOTIFICAÇÃO da empresa contratada para renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) c/c Cláusula Sétima do Contrato Originário.

Com tais considerações, submeto à apreciação de Vossa Excelência.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/02/2022, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0790322** e o código CRC **0910A69F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Diretoria-Geral (DG) e Fox Engenharia e Consultoria LTDA.

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 27/2017.

DECISÃO Nº 16 / 2022 - PRES/GABPRES

Vistos.

Trata o feito da gestão do contrato firmado com a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de projeto completo de engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede deste Tribunal e do novo fórum eleitoral da capital, conforme contrato n. 27/2017 ([0254602](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para deliberação sobre pedido de prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência de seu término e a pendência de conclusão do objeto, conforme solicitação contida no Ofício Fox-SE n. 0007/2022 ([0788407](#)) e manifestações da Comissão de Fiscalização - Elaboração de Projetos (CFEP) ([0789040](#)) e da Comissão de Gestão - Elaboração de Projetos SEDE (CGEP) ([0789546](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pela prorrogação, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do já citado instrumento contratual ([0790029](#)). Na oportunidade, também aprovou a minuta do décimo termo aditivo, juntada no evento [0789991](#).

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente ([0790105](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação dos prazos de vigência e de execução ([0790322](#)).

É o relatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 27/2017, pactuado entre este Regional e a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA em 29/12/2017 ([0254602](#)).

O histórico do contrato com seus aditivos apresenta-se, de forma resumida, conforme quadro abaixo:

Contrato originário / aditivos	Prazos de vigência do contrato/execução
Contrato n. 27/2017 (0254602)	I - prazo de vigência: trezentos e vinte e cinco dias corridos a contar da assinatura do contrato; II - prazo de execução: duzentos e setenta e cinco dias corridos, contados da emissão do contrato.
1ª Prorrogação	Termo Aditivo n. 1 (0341353) com as seguintes prorrogações: I - prazo de vigência por mais setenta e seis dias corridos, a contar de 20/11/2018, e data de assinatura do Termo Aditivo; II – prazo de execução por mais setenta e seis dias corridos, a contar de 6/10/2018, e data de assinatura do Termo Aditivo.
2ª Prorrogação	Termo Aditivo n. 2 (0382506) com as seguintes prorrogações: I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 4/2/2019 e data de assinatura do Termo Aditivo; II – prazo de execução por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 21/12/2018 e data de assinatura do Termo Aditivo.
3ª Prorrogação	Termo Aditivo n. 3 (0425533) com as seguintes prorrogações: I – prazo de vigência por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 3/8/2019 e data de assinatura do Termo Aditivo; II – prazo de execução por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 19/06/2019 e data de assinatura do Termo Aditivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 4 (0482209) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 31/12/2019 e data final em 30/06/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 16/11/2019 e data final em 15/05/2020, sem ônus para o Contratante.</p>
5ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 5 (0523088) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 29/5/2020 e data final em 28/09/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução, por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 14/4/2020 e data final em 13/08/2020, sem ônus para o Contratante.</p>
6ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 6 (0614039) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 25/11/2020 e data final em 24/03/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 11/10/2020 e data final em 10/02/2021, sem ônus para o Contratante.</p>
7ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 7 (0692809) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais noventa dias corridos, a contar de 24/5/2021 e data final em 23/08/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais noventa dias corridos, a contar de 9/4/2021 e data final em 07/07/2021, sem ônus para o Contratante.</p>
8ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 8 (0728446) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.</p>
9ª Prorrogação	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Termo Aditivo n. 9 (0776178) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais quarenta e cinco dias corridos, a contar de 31/1 para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais quarenta e cinco dias corridos, a contar de 1/1 para o Contratante.</p>
--	--

A proposta de nova prorrogação pode ser assim resumida
([0789546](#)):

10º TERMO ADITIVO	
Prazo de vigência	Prazo de execução
I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (0254602), por mais setenta e cinco dias corridos, a contar de 14/2/2022 e data final em 29/4/2022, sem ônus para o Contratante; e	II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (0254602), por mais setenta e cinco dias corridos, a contar de 15/1/2022 e data final em 30/3/2022.

Como mencionado pela AJDG e pela Diretoria-Geral ([0790029](#) e [0790322](#)), a necessidade da prorrogação decorre do fato de que o projeto ainda não possui a certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), que se refere à aferição de práticas de construção com foco em sustentabilidade e orientação ambiental.

A certificação visa atestar o cumprimento de requisitos que indicam o percentual de utilização de práticas de projeto e de construção integrativas e o consequente atendimento a padrões de criação de edifícios sustentáveis.

Além da relevância da certificação para a aferição do atendimento dos critérios de sustentabilidade, a etapa integra o objeto do contrato, de forma que a pendência deve ser resolvida pela empresa contratada, motivo pelo qual impõe-se a prorrogação dos prazos contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sob o aspecto jurídico, é pacífico o entendimento pela possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto.

No caso dos autos, a pretensão possui fundamento no disposto no art. 57, § 1º, V, da Lei das Licitações:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

(...)

Ademais, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula quarta, subcláusula quarta, conforme segue:

CLÁUSULA QUARTA - (...)

Subcláusula Quarta – Os prazos estabelecidos nesta Cláusula podem vir a ser prorrogados, nos termos do artigo 57, I e seus §§, todos da Lei 8.666/93.

A proposta da Comissão de Fiscalização ([0789040](#)) e da Comissão de Gestão ([0789546](#)) é que o prazo de vigência do contrato n. 27/2017 seja prorrogado até 29 de abril de 2022 e o prazo de execução, até 30 de março de 2022. Considerando o pedido da contratada, a prorrogação proporcionará tempo hábil para a conclusão do objeto da contratação ([0788407](#)).

Verifica-se que as justificativas apresentadas são razoáveis. Além disso, tendo em vista os valores pagos pela Administração e as entregas realizadas pela contratada, constata-se que a não prorrogação dos prazos de vigência e execução poderia ensejar prejuízos e transtornos a este Tribunal.

Com estas considerações, acolhendo as manifestações da CFEP ([0789040](#)), CGEP ([0789546](#)), o Parecer Jurídico da AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0790029](#)), a Manifestação da SAOFC ([0790105](#)) e a Manifestação da Diretoria-Geral ([0790322](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) **autorizo**, excepcionalmente, as prorrogações dos prazos de **vigência** e de **execução** do Contrato Administrativo n. 27/2017 (evento [0254602](#)), ficando o prazo de **vigência** prorrogado por mais **setenta e cinco dias corridos, a contar de 14/2/2022, com data final em 29/4/2022** e o de **execução** também por mais **setenta e cinco dias corridos, a contar de 15/1/2022, com data final em 30/3/2022, sem ônus para este Tribunal**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e ainda, Cláusula Quarta, Subcláusula quarta do Contrato Originário; e

b)
determino a notificação da empresa contratada para **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, no **prazo máximo de dez dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sétima do Contrato Originário.

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, 12 de fevereiro de 2022.

Assinado de forma digital por:

Desembargador KIYACHI MORI

Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 12/02/2022, às 18:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0790794** e o código CRC **974D09FA**.

0002397-77.2017.6.22.8000